

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Valor da aposentadoria pode ser ampliado

Pela primeira vez desde que começou a tramitar no Congresso a proposta do senador Paulo Paim (PT/RS), que acaba com o fator previdenciário, o Governo apresentou uma alternativa. Em reunião com as centrais sindicais, na quinta-feira (4), o ministro da Previdência Social, José Pimentel, disse que aceita negociar uma regra mais flexível, como a que foi estabelecida na PEC paralela dos servidores públicos. Com isso, está aberta a possibilidade de mudança na fórmula de cálculo do valor das aposentadorias dos trabalhadores da iniciativa privada.

O que o Governo sugeriu e os sindicalistas não gostaram é, na prática, suavizar o fator previdenciário, uma fórmula de cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição estabelecida em lei e que pune os trabalhadores que se aposentam cedo com a redução do valor do benefício.

APEC paralela citada pelo ministro também suavizou as regras para

a aposentadoria dos servidores públicos, ao permitir a aposentadoria integral para os funcionários que já estavam no serviço público, desde que cumpridos alguns requisitos na soma da idade com o tempo de contribuição.

Como a posição das centrais sindicais é simplesmente pelo fim do fator previdenciário, os representantes dos trabalhadores saíram do gabinete de José Pimentel dizendo que o ministro não tinha apresentado qualquer proposta.

Foi o que disse João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT. Ele contou que a entidade foi contra o fator no passado e permanece contra agora. O argumento da CUT é que a incidência do fator é injusta na realidade brasileira. "Aqui, ao contrário da Europa, o trabalhador começa a trabalhar cedo", observou. Ele cobrou uma solução do Governo para essa situação.

Fonte: diap.org.br

FINANCEIRAS

Sindicato comemora enquadramento sindical

Depois de muita luta, os financeiros da Aymoré e BV Financeira podem comemorar seu enquadramento sindical. Com a assinatura do acordo coletivo entre a Contraf/CUT e as empresas, os trabalhadores dessas duas instituições passam a receber os mesmos benefícios que os bancários.

Para o diretor do SINTRAF JF Geraldo Soares (Geraldinho), a conquista é resultado de muito esforço. "Nós sempre enfrentamos muitas dificuldades na busca pelo enquadramento sindical das financeiras, e essa conquista inicial é muito importante", afirma.

De acordo com Geraldinho,

ainda há muito o que fazer pelos trabalhadores. "As financeiras tentam descaracterizar a função dos financeiros, registrando-os como auxiliares administrativos, e impedindo a mobilização da classe. Mas o SINTRAF está empenhado no enquadramento dos funcionários das demais financeiras", diz.

Um dos principais eixos de atuação do SINTRAF JF para 2009 é o enquadramento dos trabalhadores das demais financeiras, assim como a unificação da data-base com os bancários.

Os benefícios garantidos passam a fazer parte da Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009.



CONVENIO SINTRAF JF
BANCÁRIOS NOVOS CONVÊNIOS

Yes Curso de Idiomas
Endereço: Rua Sampaio, 285 – Centro
Telefone: (32) 3214-4646
Vantagens: Matrícula grátis, 45% de desconto nas mensalidades e 15% de desconto no material didático

Recanto do Sol Espaço Infantil
Endereço: Rua Nelson Gomes de Carvalho, 131 – Vale do Ipê
Telefone: (32) 3217-7640
Vantagens: 15% de desconto nas mensalidades.

Centro Auditivo Escutar WIDEX
Endereço: Rio Branco, 2001 / 807 - Centro
Telefone: (32) 3213-0018
Vantagens: 15% (quinze por cento) de desconto nas vendas à vista, parcelamento em até 15 vezes sem juros; assistência técnica permanente

Convênios válidos somente para bancários(as) sindicalizados(as) e seus dependentes



Filiado à
FETRAF/MG CONTRAF CUT

Boletim dos Bancários

Informativo quinzenal do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Zona da Mata e Sul de Minas

ano 58 nº28 - 17 de dezembro de 2008

ENCONTRO DE DIRIGENTES DO BB

Encontro Nacional define mesas temáticas para negociação com o BB

Fusões, Plano de Cargos e Salários e Incorporações estão entre os temas definidos. As negociações devem ser concluídas até o início de março de 2009.

O Encontro Nacional de dirigentes sindicais do Banco do Brasil, organizado pela Contraf/CUT em São Paulo, terminou na quarta-feira (10) com a aprovação de cinco mesas temáticas a serem negociadas com o BB: PCCS, saúde, previdência, terceirização e fusões e incorporações. As negociações devem ser concluídas até o início de março de 2009.

O encontro, do qual participaram dirigentes sindicais convidados da Nossa Caixa e do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), também aprovou a realização do XX Congresso Nacional do Funcionalismo entre os dias 27 e 29 de março do próximo ano, em local ainda a ser definido pela Contraf/CUT. O Congresso avaliará o processo de negociação com o banco e debaterá um projeto para o Banco do Brasil sob a ótica dos trabalhadores.

De acordo com o presidente do SINTRAF JF e funcionário do BB, Marcos Louzada, o encontro foi de grande relevância para os trabalhadores, que poderão aprofundar as discussões sobre as questões próprias do banco. "Será uma ótima oportunidade de levantar questões específicas do Banco do Brasil, como o fim da lateralidade e implantação de um plano de cargos e salários", explica.

Simultaneamente às mesas temáticas, prosseguirão as



Reunião em São Paulo definiu ações dos bancários do BB

negociações permanentes com o BB sobre condições de trabalho, o que inclui assédio moral e metas abusivas, entre outros temas.

A instituição das mesas temáticas foi uma conquista da campanha salarial deste ano. E a antecipação do Congresso Nacional do funcionalismo foi uma decisão da Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, reafirmada pelo congresso do BB - ambos realizados no final de julho deste ano.

"As discussões foram aprofundadas e de alto nível. Avançamos na definição das mesas temáticas, na preparação da campanha permanente e dos embates que teremos no próximo período visando solucionar os graves problemas que o funcionalismo

enfrenta, como a falta do PCCS, as péssimas condições de trabalho, o assédio moral e os adocentamentos cada vez mais frequentes", diz Marcel Barros, coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, órgão ligado à Contraf/CUT.

"A Contraf-CUT está organizando o calendário de luta permanente para todos os bancos e estes encontros com todos os dirigentes sindicais do país serve para qualificar e planejar as ações que serão encaminhadas nos próximos meses. Os bancários terão uma forte agenda de luta no primeiro semestre de 2009", avalia William Mendes, secretário de imprensa da Contraf-CUT.

Renato Costa com Contraf/CUT

NESTA EDIÇÃO

ITAÚ/UNIBANCO
Bancos se negam a garantir empregos
Itaú página 2

NO SANTANDER
Negociação sobre PPR e aditivo não avança
Santander de Negócios página 2

CAIXA FEDERAL
Definidos os critérios para promoção por merecimento
CAIXA página 3

BANCO DO BRASIL
BB volta a crescer com a compra da Nossa Caixa
Banco do Brasil página 3

FINANCEIRAS
Financeiros comemoram enquadramento sindical
BV FINANCEIRA página 4

FATOR PREVIDENCIÁRIO
Valor da aposentadoria pode ser ampliado
Fator Previdenciário página 4

SEDE CAMPESTRE
Confira o horário de funcionamento da sede no fim de ano
Sede Campestre página 4

Sede Campestre

Funcionamento no fim de ano

Dias 25 de dezembro e 1º de Janeiro

Não funcionará

Durante o horário de verão a sede funciona de Terça a Domingo, de 8h às 19h

Portaria (para convidados):

3ª a 6ª (valor promocional) - R\$ 5,00

Sábados, domingos e feriados - R\$ 10,00

GRÁFICA UNIÃO
Sua melhor impressão
Telefax: (32) 3215-3941
RUA FONSECA HERMES, 39 • GALPÃO 9
Juiz de Fora - MG - uniografica@terra.com.br

Recanto do Sol Espaço Infantil
CRECHE, MATERNAL E 1º, 2º E 3º PERÍODOS
Rua Nelson Gomes de Carvalho, 131
Vale do Ipê - 36035-410 - Juiz de Fora - MG
(32) 3217-7640

ITAÚ/UNIBANCO: bancos se negam a garantir empregos



Em mesa de negociação, diretores dos bancos voltam atrás na palavra dos presidentes. Sindicatos vão aumentar a pressão em defesa dos trabalhadores

Na segunda rodada de negociação após a fusão, a Contraf/CUT entregou na terça-feira (9) a pauta de reivindicações dos bancários do Itaú e Unibanco buscando a preservação do emprego e dos direitos. Os dois bancos concordaram com algumas das 15 demandas, mas continuam se recusando a colocar no papel o compromisso público que assumiram seus presidentes de que não haverá demissões ou fechamento de agências. Para os bancários, o compromisso por escrito é fundamental.

"Nós já demos diversas sinalizações de que acreditamos ser possível fazer um processo negociado em que todas as partes ganhem, aliás os bancos sempre ganharam e muito. E, neste momento os bancários também têm de participar com direito a uma fatia maior e melhor desse bolo. No entanto, as empresas não aceitam firmar um compromisso por escrito nessa reunião para tranquilizar os trabalhadores", avalia Carlos Alberto Nunes, Diretor do Sintraf/JF, e membro da COE Unibanco pela FETRAF/MG. "Este é o momento de entrarmos com toda força na Campanha em defesa dos empregos e dos direitos, para mostrar aos banqueiros que com o emprego das pessoas não se brinca", sustenta.

A Contraf/CUT elaborou as artes de camisetas, cartazes e outros materiais para a campanha em nível nacional em defesa dos empregos e dos direitos de todos os bancários.

As mobilizações fazem parte de uma campanha internacional lançada em toda a América Latina pela UNI América Finanças e pelo Comitê de Finanças da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSC) para combater as possíveis demissões que possam ocorrer por conta da crise financeira internacional e das fusões de bancos nacionais e internacionais. A campanha foi definida durante a 4ª Reunião Conjunta das Redes Sindicais de Bancos Internacionais, realizada na sede da Contraf/CUT nos dias 20 e 21 de novembro.

Reivindicações

A pauta de reivindicações foi discutida no Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, realizado em São Paulo, nos dias 17, 18 e 19 de novembro. Depois disso, uma reunião entre as Comissões de Organização dos Empregados dos dois bancos unificou as demandas, levando o documento entregue ao banco na negociação do dia 9.

Os bancos atenderam algumas das reivindicações dos trabalhadores, com destaque para a suspensão de novas contratações, inclusive de estagiários. Também foi suspenso o programa Menor Aprendiz. Os negociadores do banco também afirmaram a possibilidade de contratação de estagiários, o que ainda será avaliado. Outro ponto positivo foi o compromisso de criação de um



Dirigentes da Contraf/CUT e Fetraf/MG se reuniram com os diretores do Itaú e Unibanco buscando garantir os direitos dos bancários

centro de realocação para aproveitar os funcionários excedentes de áreas em que haja sobreposição dentro das empresas.

Sobre a criação de um programa de antecipação de aposentadorias, o banco disse que é uma possibilidade, mas que ainda não tem nenhum estudo sobre a necessidade ou eventual impacto da medida para manter postos de trabalho.

Desrespeito / Discriminação

Durante a negociação, a Contraf/CUT entregou à direção do Itaú um dossiê elaborado pelo Sindicato Nacional de Trabalhadores do Banco Itaú, do Chile, denunciando práticas anti-sindicais utilizadas pela empresa para inibir a organização de seus trabalhadores. Demissão de

dirigentes sindicais, discriminação nas políticas de avaliação e aumentos maiores para os trabalhadores não sindicalizados são algumas das práticas denunciadas no documento.

Efeitos da fusão

Como primeiro reflexo negativo da fusão, a financeira Taii (pertencente ao Itaú) anunciou o fechamento de 10% das suas lojas. A empresa possui 250 unidades no país, além de postos de atendimento em redes varejistas.

Em Juiz de Fora, as duas lojas da financeira fecharam suas portas. A expectativa é de que cerca de 150 funcionários em todo o país sejam demitidos.

Negociação sobre PPR e aditivo não avança no Santander

A nova rodada de negociação entre os bancários e o Santander, ocorrida na quarta-feira (10), acabou em impasse a respeito do valor mínimo do Programa de Participação nos Resultados (PPR). O banco se negou melhorar a proposta de elevar o valor para R\$ 660, já apresentada anteriormente pela empresa.

"Há necessidade de avançarmos no valor da PPR, uma vez que o Santander tem isenções tributárias

em função de assinar este acordo. Portanto, não há motivos para o banco manter-se intransigente", avalia Paulo Stekel, diretor da Contraf/CUT e funcionário do banco.

Durante a negociação, os bancários voltaram a cobrar uma maior valorização dos trabalhadores, que ajudaram a aumentar os lucros da empresa. "O banco tem todas as condições de

pagar mais pelo benefício, mas disse que este é o limite que pode pagar. As negociações estão travadas e só conseguiremos ampliar este valor com muita pressão. Os bancários sabem muito bem que nenhuma conquista da categoria veio de graça. Se o funcionalismo não se mantiver mobilizado e pronto para lutar não vamos conseguir sair deste pata-

mar", afirma Rita Berlofa, diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo e funcionária do Santander.

Outra reivindicação dos bancários que ficou sem resposta foi a extensão das cláusulas sociais do acordo aditivo do Santander para os funcionários do Real. O banco alegou que ainda está estudando os impactos da reivindicação. Para o Sindicato, não há motivos para o banco não cumprir essa solicitação, já que se trata de temas sociais.



Expediente

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro Zona da Mata e Sul de Minas Presidente: Marcos José Ortolani Louzada - Rua Batista de Oliveira, 745 - Juiz de Fora, MG - Cep: 36010-121 Telefone: (32)3215-2249 - Fax: (32)3215-6618 - www.bancariosjf.com.br Jornalista responsável: Renato Costa MTE 12.768 - Diretoria de Imprensa: Alvaro José de Andrade Junior e Carlos Alberto Costa de Paula (Paulista) Fotolito: Delta Fotolitos - Tel: 3215-3941 Impressão: Gráfica União - Tel: 3215-3941 - Tiragem: 1.500 exemplares

CAIXA

Definidos os critérios para promoção por merecimento

Reunião entre a Comissão Executiva dos Empregados da Contraf/CUT e Caixa Federal selou acordo sobre o processo de avaliação para o benefício

Poderão receber promoção por merecimento os empregados de todas as carreiras: TBNs que pertencem à nova tabela; escriturários que optaram por permanecer na tabela de 89; os TBs que permaneceram na tabela de 98; TBSS, tanto os da nova quanto da tabela anterior; os empregados da carreira profissional; e os auxiliares de serviços gerais. Serão considerados promovíveis os trabalhadores com mais de um ano de Caixa e que não tenham atingido ainda o topo da tabela do PCS.

Ficou definido que tanto a avaliação por merecimento quanto a distribuição dos deltas será feita por unidade, obedecendo à seguinte divisão: 30% dos empregados promovíveis de cada unidade terão concessão de dois deltas por merecimento; 50% receberá um delta; e 20% não receberá promoção por merecimento. Essa distribuição percentual será aplicada em cada unidade.

O valor da promoção será definido por dotação orçamentária. A CEE/Caixa reivindicou que, caso haja eventuais sobras de recursos após a distribuição dos deltas de acordo com a divisão definida, a empresa utilize essa verba para a promoção de mais empregados, garantindo a utilização de toda a dotação. A Caixa ficou de estudar a reivindicação e dará um retorno em breve.

Quanto à avaliação objetiva para promoção por merecimento, foram definidos os seguintes critérios:

- Frequência, valendo nove pontos - serão computados os dias de efetivo exercício em 2008, deduzindo-se proporcionalmente as faltas e afastamentos de não efetivo exercício, exceto licença para tratamento de saúde após o 15º dia - por exemplo, faltas injustificadas e algumas licenças, como Licença Interesse particular (LIP) e Licença Acompanhamento de cônjuge (LAC) etc.

- Assinatura eletrônica do termo de ciência do código de ética, valendo 1 ponto. Os critérios subjetivos foram divididos em fixos, que deverão ser obrigatoriamente utilizados, e variáveis. Os critérios fixos definidos foram "Atendimento ao cliente" e "Atitude colaborativa no trabalho", valendo até dez pontos cada.

Quanto aos critérios variáveis, os empregados de cada unidade deverão escolher, por meio de voto secreto de todos, dois dentre os listados a seguir: "Conhecimento do trabalho", "Disposição para mudanças", "Relacionamento interpessoal", "Capacidade de solucionar problemas", "Foco no interesse público", "Visão sistêmica", "Capacidade de negociação" e "Iniciativa e criatividade". Os dois critérios variáveis escolhidos também terão pontuação de 10 pontos cada.

O método de avaliação será cruzado, contemplando auto-avaliação, avaliação entre os colegas - devendo cada empregado ser avaliado por dez pessoas que serão escolhidas de forma aleatória - e avaliação pelo gestor da unidade. O



gestor também será avaliado pelo mesmo método.

A regra de distribuição de deltas será a mesma para os empregados da Caixa cedidos para outras empresas e órgãos governamentais, bem como para os dirigentes sindicais liberados, sem privilégios nem desvantagens. A responsabilidade pela avaliação e distribuição dos deltas caberá às empresas, órgãos ou entidades sindicais, conforme o caso.

A Caixa deverá divulgar os critérios até o início de janeiro para conhecimento dos empregados. O processo de avaliação será aplicado no primeiro trimestre de 2009 e as

promoções serão retroativas a 1º de janeiro.

"A definição dos critérios coroa todo um processo de negociação deste ano na mesa permanente do novo PCS. É o resgate de uma conquista importantíssima para os trabalhadores, que é poder progredir na carreira a partir de seus méritos", avalia Plínio Pavão, representante da Contraf/CUT na CEE/Caixa. "Mas é importante lembrar que o processo não se encerrou. A comissão que negociou os critérios será mantida para acompanhar e avaliar o processo, propondo modificações e melhorias", afirma.

BANCO DO BRASIL

BB recupera força com a compra da Nossa Caixa

Depois da discussão sobre o projeto de lei que autoriza a venda da Nossa Caixa para o Banco do Brasil, o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Ricardo, afirmou, ao apresentar o projeto na audiência, que o governo quer assinar o contrato de venda, com cláusulas de condicionalidades vinculadas à aprovação pela Assembléia Legislativa, até dia 20 de dezembro.

Os passos seguintes, informou, serão a aprovação pelo Banco Central (BC); o pagamento da primeira parcela em 10 de março de 2009, quando então será feita a transferência de ações; e a oferta de compra de ações aos minoritários.

Segundo Mauro Ricardo, o BB manifestou interesse pela Nossa Caixa, pela primeira vez, em maio.

O acordo foi anunciado em 20 de novembro, quando foi divulgado que o BB vai pagar R\$ 7,56 bilhões, pela Nossa Caixa, dos quais R\$ 5,386 bilhões serão destinados ao governo estadual, dono de 71,25% das ações. O pagamento será feito em 18 parcelas corrigidas pela Selic a partir de 10 de março do próximo ano.

O secretário da Fazenda de SP afirmou que a incorporação se dará, em um ano após a transferência das ações, ou até 90 dias depois da aprovação pelo Banco Central. O BB disse que ocorreria em um a dois anos.

O BB perdeu o lugar de maior banco do mercado depois da fusão do Itaú com o Unibanco, anunciada no início de novembro. A compra da Nossa Caixa não lhe permite reconquistar a posição, mas fortalece os músculos. A aquisição dará ao BB a

maior rede de agências de SP. Antes disso, o banco era o quarto no Estado. A compra aumenta em 11,6% os ativos do BB para R\$ 512,4 bilhões; em 6% a carteira de crédito para R\$ 213 bi; em 15% os depósitos para R\$ 264 bi; e em 16% o número de funcionários, para 103 mil.

A inclusão de emendas no sentido de manter os empregos dos trabalhadores da ativa e direitos de bancários e aposentados da Nossa Caixa foi defendida por representantes dos funcionários e deputados do PT, PSOL e PV durante audiência pública. A Assembléia apresentou 43 emendas, sendo que 26 delas estão diretamente ligadas à categoria ao impedir que o processo de aquisição resulte em demissões, perda de direitos e fechamento de agências.

O deputado estadual Davi Zaia